

**Gestão e avaliação da extensão universitária:  
a construção de indicadores de qualidade**

Management and evaluation of university extension programs: the construction of quality indicators and the experience of the Federal University of Minas Gerais

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben<sup>1</sup>, Paula Cambraia de Mendonça Vianna<sup>2</sup>

**Introdução**

Os temas Gestão, Avaliação e construção de indicadores estão sempre interligados e um, necessariamente, estará definindo os demais. Diante disso, torna-se fundamental, antes de analisarmos a especificidade da gestão e da avaliação da extensão universitária, discutir os aspectos conceituais que fundamentam o campo da gestão e da avaliação como processos complementares.

A construção de um processo de avaliação se faz por meio de uma relação que envolve intencionalidades de ações objetivadas em metas, princípios, propostas, condutas, atitudes, ideias e habilidades. O processo se constrói numa relação em que se confrontam referenciais mediados por um processo de análise: um dos referenciais é considerado a norma de excelência ou o ideal a ser considerado referência e os outros serão comparados a essa matriz pelo avaliador. Esse processo de análise se dá por comparação e inter-relação e permite a produção de juízos e decisões. Os sujeitos que avaliam interpretam e atribuem significados e sentidos ao objeto em questão e produzem conhecimentos sobre ele, atribuindo-lhes conceitos e valores. Daí a ideia de que a avaliação significa um “aval para uma ação”, porque a leitura dos objetos em avaliação se faz conforme a racionalidade ética, política e técnica daqueles que avaliam. Tal racionalidade, entretanto, é construída nas relações sociais vivenciadas e nos parâmetros de excelência tomados a partir dessa racionalidade.

Do ponto de vista das instituições escolares, as relações vividas pelos docentes e a instituição representam o seu modo de vida e suas relações de classe, os valores predominantes, as orientações definidas por órgãos superiores e outros, que delimitarão, obviamente, os campos de observação da

**Resumo**

Este estudo pretende discutir os indicadores de avaliação da Extensão Universitária em instituições de Ensino Superior. Apoiou-se nas discussões sobre os processos de avaliação para fundamentar o fato de que não será qualquer indicador que estará adequado a todas as ações de Extensão e que ações vinculadas a projetos de Extensão diferenciados merecem indicadores também diferentes. Da mesma forma, não será qualquer indicador que poderá se enquadrar em qualquer processo de avaliação, havendo necessidade de uma definição clara e adequada sobre os objetivos da avaliação. Para tanto, é necessário conceituar o que é uma ação de extensão, definindo o âmbito da Extensão no conjunto das ações e metas de uma instituição de Ensino Superior e as razões e finalidades dos processos de avaliação na construção das políticas universitárias. Descreveu-se a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais na construção de indicadores de extensão, apontando e analisando os critérios e diretrizes que nortearam as discussões. Conclui-se que a discussão sobre os indicadores de extensão constitui-se numa pauta importante para que a área participe tanto da criação e implementação das políticas universitárias como da construção da matriz orçamentária das instituições universitárias públicas. A Extensão deverá construir indicadores auditáveis, mensuráveis e comparáveis, organizando um único banco de dados nacional, com critérios de excelência e confiabilidade.

**Palavras-chaves:** gestão, avaliação, extensão universitária, indicadores.

Área temática: Educação

Linha da extensão: Gestão institucional

<sup>1</sup> Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Gestão 2006-2010 – Coordenadora do GAME / FAE/UFMG. E-mail: tutti.uai@gmail.com dalben@fae.ufmg.br

<sup>2</sup> Pró-Reitora Adjunta de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Gestão 2006-2010. Pesquisadora do GAME/FAE/UFMG. E-mail: paulacambraia@ufmg.br paulacambraia@uol.com.br

realidade e as possibilidades interpretativas para tomadas de decisão para ações posteriores.

Para Berger e Luckmann<sup>1</sup>, aquilo que a sociedade admite como conhecimento fornece a estrutura para o que ainda não é conhecido e o que ainda virá a ser considerado conhecimento no futuro. Estes esquemas de conhecimento são construídos historicamente e são os canais pelos quais se apreende a realidade social objetivada e que, conseqüentemente, fornecerá indicadores para a sua interpretação pelos sujeitos, em suas subjetividades, numa relação diversa e contínua. As relações dos sujeitos entre si e com a realidade, assim como a natureza do conhecimento e os referenciais privilegiados e acionados nessa relação serão, portanto, diferentes, produzindo ações necessariamente diferentes. Articula-se dessa forma o par dialético – avaliação – gestão da realidade.

Nesse contexto, o ato de avaliar tem sido, também, identificado como um ato de autoconhecimento porque é possível enxergar os valores e os princípios de um campo por meio dos processos de avaliação. Da mesma forma, o ato de avaliar é, também, um ato de autoanálise no sentido sócio-político, isto é, ele se situa no campo das definições das metas e propósitos dos projetos políticos e pedagógicos próprios das instituições ou das propostas de avaliação.

Nesta perspectiva, reafirma-se o ato de avaliar como um processo que se efetiva por meio de escolhas que envolvem processos de observação, definições e prescrições, julgamentos, organização do conhecimento e decisões desenvolvidas no contexto de racionalidades éticas, políticas, pedagógicas e técnicas pessoais ou institucionais. Nesse processo, os sujeitos avaliadores interpretam e dotam de sentidos e significados a realidade na qual estão inseridos, tendo em vista a apreensão desta realidade ou de objetos de avaliação dessa realidade. Assim, os processos de avaliação se apresentam como os mediadores do processo de elaboração de um conhecimento sobre alguém, um objeto ou uma determinada realidade. Depreende-se daí a importância dos processos de avaliação, localizada no fato de que todo produto que emerge de um processo de avaliação representa a expressão de um juízo sobre alguém ou alguma coisa, sedimentando um conhecimento sobre si próprio, sobre os outros, sobre a instituição na qual estão inseridos ou sobre o contexto de um modo geral.

### ***Políticas de extensão e sua relação com os indicadores***

Diante desse cenário, propomos discutir os indicadores de avaliação da extensão universitária, sabendo que é fundamental nos remeter às diferentes concepções de avaliação possíveis que podem ser tomadas como parâmetros para o uso desses indicadores. Salienta-se que não será qualquer indicador que estará adequado a todas as ações de extensão e que ações vinculadas a projetos de extensão diferenciados merecem indicadores também diferentes. Da mesma forma, não será qualquer indicador que poderá se enquadrar em qualquer processo de avaliação, porque cada um deles procurará responder a fins diferenciados contendo metas e objetivos também diferenciados.

Assim, torna-se importante tratar o tema de maneira articulada, conceituando com clareza o que é considerado uma ação de extensão, definindo, também, o âmbito da extensão no conjunto das ações de uma instituição de ensino superior, além das razões e finalidades dos processos de avaliação nas propostas de construção das políticas universitárias.

Entende-se extensão universitária como uma ação política da universidade com o compromisso deliberado de estabelecer vínculos estreitos com a sociedade. Essas ações têm por finalidade aprofundar as relações de democratização do saber científico, artístico e tecnológico, levando o conhecimento acadêmico para atender os anseios da comunidade, aprendendo com ela e produzindo novos conhecimentos. Nesse sentido, a extensão se constrói com base em ações indutoras do desenvolvimento social nos diferentes âmbitos e espaços. Assume papel importante na luta contra a exclusão social, em suas diferentes facetas, e contra a degradação ambiental. Ela pode promover, também, um permanente diálogo com a comunidade interna e uma ampla participação dos diferentes órgãos que compõem a instituição universitária.

Com origens nos movimentos estudantis e de docentes militantes em busca do diálogo com a sociedade, a extensão universitária tem sido o espaço importante na construção de um conceito de universidade como um bem público, que deve ser avaliado em função da relação definida como de qualidade e pertinência, entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas oferecem e fazem.

Os argumentos que ressaltam a importância das ações extensionistas tornam-se, por vezes, fracos diante da ausência de estatísticas e de verificação dos resultados e metas atingidas, além da não quantificação do público efetivamente atendido. Esse cenário impede que se consiga ter efetivamente a dimensão da relevância das ações de extensão no corpo das atividades acadêmicas de uma instituição universitária.

Ora, diante de tais questões, torna-se fundamental que tenhamos bem definidos os marcos conceituais da extensão universitária de modo a construir um referencial adequado compatível com um projeto político pedagógico de universidade. Este referencial nos dará os parâmetros para a construção dos indicadores de qualidade para a avaliação.

Tomamos, então, como parâmetro o que foi definido pelo FORPROEX como diretrizes gerais para a construção da política nacional da extensão universitária brasileira.<sup>2</sup> Dentre esses parâmetros, situamos os eixos definidores das ações de extensão:

- **Interdisciplinaridade:** as ações de extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.
- **Articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa:** A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber científico, num movimento de mão dupla representado pela difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da re-significação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais.
- **Relação dialógica entre universidade e sociedade:** é o sustentáculo de toda a ideia de extensão universitária. A interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos, resultantes do encontro da universidade com a realidade e

pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do processo de produção acadêmica.

- **Relação social de impacto:** as ações de extensão conferem relevância e pertinência às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social.

Diante dessa base conceitual e com o propósito de delinear uma política de extensão de âmbito externo e interno, a UFMG definiu, no ano de 2006, metas básicas de ação, divulgação e disseminação do seu trabalho, construindo o espaço dialético da extensão universitária, a instituição e a sociedade. São elas:

- Intensificar relações transformadoras entre a universidade e a sociedade numa perspectiva de democratização do conhecimento, preservando a autonomia das comunidades onde as intervenções são realizadas;
- Prestar serviços de interesse acadêmico, científico, tecnológico, artístico, filosófico e educacional, visando à produção de conhecimentos, difusão e desenvolvimento institucional;
- Atuar junto ao sistema de ensino público, como prioridade, no sentido do fortalecimento da educação básica para a construção e difusão de valores relacionados à qualidade da escolarização pública e o exercício da cidadania plena;
- Intensificar atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação ambiental, cultural e artística, objetivando o fortalecimento dos valores nacionais e de soberania.

As metas da extensão universitária estão sempre vinculadas às questões emergentes que demandam a produção do conhecimento e a atuação direta nas comunidades e na sociedade. Para a consecução dessas metas, torna-se muito difícil elaborar indicadores de qualidade fixos e permanentes, visto que, pelas próprias diretrizes da extensão, ela não se esgota em atos, mas cria sempre novas possibilidades de atuação podendo provocar a emergência de novos indicadores.

As estratégias de atuação da extensão universitária brasileira estão organizadas em dois níveis - a construção de uma política externa e de uma política interna de extensão, exigindo a atuação em duas esferas:

- Atenção específica em busca de oportunidades com a entrada em editais para financiamento de programas e projetos, estabelecendo eixos de articulação com os Ministérios, Governos Estaduais e Municipais e respectivas Secretarias, Agências de Fomento, Empresas e outros.
- Articulação permanente com os diferentes órgãos da instituição, como as Pró-Reitorias acadêmicas, Centros de extensão, Núcleos de pesquisa, Fóruns de discussão para integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, considera-se que uma política de extensão bem delineada fortalece a visibilidade das ações da instituição como um todo e reaviva o seu compromisso com a democratização do conhecimento científico, social, artístico e tecnológico produzido pela academia. Torna-se fundamental compatibilizar a construção de indicadores de qualidade com a política mais ampla da instituição para que não haja distorções entre o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI e o que efetivamente se faz e se deseja.

### **O processo de construção de indicadores de extensão**

A discussão sobre os indicadores de extensão tem sido colocada como uma pauta importante para que a área participe efetivamente da construção da matriz orçamentária das instituições universitárias públicas, por meio do Censo da extensão universitária. Para que propostas de avaliação com base em indicadores seja desenvolvida, é necessário que a área da extensão construa indicadores auditáveis (possíveis de verificação), mensuráveis (valores numéricos) e comparáveis (indicadores únicos ou similares para todas as IES), de modo a conferir legitimidade ao processo. Fundamental, portanto, organizar um único banco de dados, com critérios de excelência e confiabilidade, que viabilize a análise da extensão em um cenário macro, possibilitando a construção de indicadores

que realmente participem e interfiram na gestão universitária.

Se os indicadores da graduação são construídos pelo número de alunos formados e os da pós-graduação pelo número de teses e dissertações concluídas, pergunta-se: quais os parâmetros que seriam utilizados pela extensão na criação de indicadores?

A construção de indicadores de avaliação da extensão na UFMG passou a ser uma questão urgente, quando em 2007 foi apresentado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD um projeto de alocação de vagas docentes, que trazia uma proposta de em torno de 12,5% de vagas a serem distribuídas conforme a atuação dos departamentos na área de extensão. É interessante salientar que essa realidade foi considerada pela comunidade acadêmica como um avanço na área, já que anteriormente as ações de extensão não eram consideradas nesse processo.

Assim, com base em critérios que envolvem parâmetros qualitativos referentes à construção da política de extensão no interior da instituição e parâmetros quantitativos no sentido de medir a sua abrangência, tamanho e influência no contexto social alguns indicadores mais gerais começaram a ser considerados e testados no âmbito da instituição para verificação de sua viabilidade. São eles:

#### I – Política e infraestrutura no âmbito institucional

- Definição conceitual – presença no Projeto de Desenvolvimento Institucional, no estatuto e regimento da universidade.
- Representação em órgãos que definem as políticas universitárias.
- Existência de resoluções, normas, mecanismos reguladores e registro das ações.
- Orçamento da extensão dentro do plano financeiro da instituição.
- Estrutura administrativa e infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho
- Espaços acadêmicos de organização

#### II – Estratégias existentes no âmbito institucional

- Parcerias, Convênios, Contratos



- Formas de participação – Redes de contato
- Formas de divulgação e disseminação do conhecimento
- Mecanismos de acompanhamento das ações
- Existência de critérios para concessão de recursos
- Procedimentos institucionais de avaliação
- Quantidade de entradas com sucesso em editais públicos
- Volume de captação de recursos

Tendo como base esses critérios, a equipe da Câmara de Extensão do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFMG discutiu intensivamente o tema, preocupada com o fato de esses indicadores refletirem o potencial da extensão universitária para serem utilizados como referenciais em todo o território nacional.

A comissão de trabalho da Câmara de Extensão decidiu construir princípios para a política de extensão da UFMG que fundamentassem o conjunto das ações a serem quantificadas. Os seguintes princípios seriam tomados como parâmetros para a construção dos indicadores porque estariam pautando os eixos norteadores do que seria valorizado pela instituição:

### III – Números

- Quantidade de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.
- Quantidade de produção acadêmica - documentos, livros, informes técnicos, cartilhas, artigos, comunicações, folders, CDs, DVDs, resumos, periódicos, metodologias sociais, materiais didáticos, jogos educativos, exposições, espetáculos, programas de rádio.
- Quantidade de Núcleos de estudo e investigação existentes
- Quantidade de Docentes e Técnicos Administrativos envolvidos e quantidade de horas dedicadas
- Quantidade de estudantes orientados por professor e técnicos administrativos envolvidos
- Quantidade de Estudantes Envolvidos (Bolsistas e Voluntários) no conjunto dos programas e projetos
- Quantidade de público atendido nos eventos e cursos
- Quantidade de atendimentos na área da saúde: consultas, hospitalizações, cirurgias, procedimentos ambulatoriais, exames e outros.
- Quantidade de projetos específicos existentes em espaços de ciências, museus, cine-clubes e outros.
- Quantidade de tecnologias de disseminação e difusão do conhecimento.
- Quantidade de assessorias e curadorias desenvolvidas.
- Incorporação do maior número possível de estudantes no conjunto das ações extensão de modo a garantir a qualidade de sua formação e o consequente processo de flexibilização curricular;
- Participação de docentes de diferentes unidades de maneira articulada nos projetos e programas na busca pelo eixo da interdisciplinaridade;
- Incentivo à articulação entre departamentos e unidades na realização de projetos e programas;
- Inserção da UFMG em diferentes espaços sociais e municípios do país, favorecendo a capilaridade da influência do conhecimento que produz;
- Incentivo à captação de recursos pela via de editais públicos em razão das múltiplas oportunidades que vêm sendo criadas por órgãos de fomento à pesquisa e à extensão e o estímulo à iniciativa para a entrada nestes editais;
- Incentivo à parceria com órgãos públicos pela importância da presença da Universidade na indução e execução de políticas públicas para o país participando com o conhecimento que produz;
- Incentivo à produção acadêmica em diferentes formatos na perspectiva de disseminação de conhecimentos;

- Visibilidade pública do conjunto das ações de extensão realizadas pela UFMG por meio do registro formal no SIEX.

Diante disso, foi, inicialmente, solicitado aos departamentos das unidades acadêmicas que encaminhassem dados sobre as ações de extensão desenvolvidas por eles para que fosse possível, juntamente com a CPPD, realizar simulações capazes de permitir uma análise frente ao quadro dos trabalhos dos departamentos. Foram solicitados os seguintes dados:

- Número de programas e projetos de extensão existentes em sua unidade/departamento/setor.

Em cada programa e projeto, listar as informações a seguir:

- Abrangência:

( ) unidade ( ) interunidade ( ) interinstitucional

( ) local ( ) regional ( ) nacional

- Qual é a amplitude do programa ou projeto? (Em quantos e quais municípios atua, ou em quantas escolas ou bairros ou postos de saúde, ou em quantos espaços da cidade e outros)
- Unidades e instituições envolvidas.
- Número de docentes envolvidos em sua unidade (listar nominalmente).
- Número de docentes envolvidos no programa (listar nominalmente).
- Número de discentes envolvidos (bolsistas e voluntários). Listar nominalmente.
- O programa ou projeto foi captado por via de edital público?
- O programa ou projeto recebe bolsas do Programa de Bolsas da PROEX – PBEXT?
- Produtos gerados (CD, folder, manual, cartilha, livros, artigos, cursos, programas de treinamento, seminários, eventos, dentre outros).
- Registro no SIEX.

A PROEX, de posse das informações obtidas, organizou um consolidado e enviou à CPPD para estudo. No entanto, conforme informado, esses

dados tomados como somatório quantitativo, provocavam distorções matemáticas no conjunto das informações dos departamentos, dificultando a análise global e consequente distribuição adequada de docentes pelos departamentos. Mais uma vez a Câmara de Extensão voltou a estudar possibilidades de construção de critérios mais abrangentes que pudessem compor os outros já considerados. Foram apresentados, então, a seguir outros critérios à CPPD, considerados como itens capazes de construir um perfil real do conjunto de ações realizadas pela extensão na UFMG, fundamentais para o projeto da instituição:

- Programas e projetos de extensão existentes e aprovados nas unidades/departamentos/setores que estão implementando políticas públicas induzidas por órgãos do governo municipal, estadual ou federal.
- Programas e projetos de extensão existentes e aprovados nas unidades/departamentos/setores que estão sendo desenvolvidos em parceria com órgãos de fomento, sociedades científicas e outros financiamentos similares.
- Programas e projetos de extensão existentes nas unidades/departamentos/setores aprovados no programa de bolsas de extensão da Pro Reitoria de Extensão da UFMG – PBEXT UFMG.
- Programas e projetos de extensão existentes nas unidades/departamentos/setores, cujas ações foram aprovadas no colegiado de curso e permitem aos estudantes de graduação integralizarem créditos acadêmicos.

Após este segundo exercício de análise, foi realizado um estudo pela mesma comissão procurando definir uma base matemática capaz de escalonar o quantitativo das ações, na perspectiva de tirar possíveis distorções encontradas. Assim, ficou definido que seriam considerados os projetos, eventos, cursos e prestação de serviços, valorizando-os da seguinte forma:

1. A ação está vinculada a programa? Se a resposta for sim, um maior valor, considerando os projetos, cursos e eventos
2. Tipo de curso (C) desenvolvido. Se for de Aperfeiçoamento (180 horas) será mais valorizado, se de atualização, treinamento ou iniciação, será menos valorizado.

3. Equipe: departamental, interunidade, interuniversidade ou parceria com sociedades científicas brasileiras. Análise das equipes de projetos (P) e cursos (C). Utilização do princípio de valorização das equipes interdisciplinares e com abrangências interinstitucionais.
4. Parceria estabelecida com órgãos públicos para projetos (P). Valorizar mais se a resposta for sim.
5. Captação externa de recursos, para projetos (P) e prestação de serviços (PS). Valorizar a captação com base em escala logarítmica.
6. Tem bolsa PBEXT UFMG em vigor? Valorizar mais os projetos que têm parceria com a PROEX (P).
7. Quantidade de pessoas atingidas. Valorizar em escala logarítmica o número do público atingido nos projetos (P) Cursos (C) e eventos (E)
8. Produtos. Com base no princípio de valorização dos produtos característicos da extensão universitária, que inclui cartilhas, folders, CDs e outros, considerar a produção apresentada no conjunto das ações de extensão(P, C, E e PS)
9. Gratuidade para o público alvo. Valorizar as ações que são oferecidas gratuitamente para o público nos cursos (C) e eventos( E).

Foi estabelecida uma escala matemática específica para a valorização desses itens de modo a garantir a ausência de distorções, conforme alertava a CPPD. (em anexo)

A Câmara de Extensão considerou que o conjunto desses critérios permitiria a valorização do docente, do discente e da instituição como um todo, além de estar consolidando os princípios de uma política discutida e assumida pela PROEX nesse momento da instituição. Da mesma forma, possibilitaria a existência de critérios precisos para a construção de um processo justo de distribuição e concessão de vagas docentes pela CPPD. No entanto, é pertinente considerar que toda proposta deve ser passível de alteração após um período de experimentação. Salienta-se que, diferentemente das áreas de pós-graduação e graduação, que já possuem critérios sedimentados nacionalmente por outros órgãos de avaliação como a CAPES e

o INEP, a extensão universitária está, agora, realizando esta discussão no FORPROEX. A UFMG com esse projeto de alocação de vagas docentes dá, institucionalmente, um primeiro passo nessa direção e poderá contribuir de maneira pioneira e inovadora para a área no Brasil porque estes indicadores, embora direcionados para um projeto específico, têm condições de serem tomados como referência para outros processos de avaliação.

### **Considerações finais**

Como foi dito inicialmente, um projeto de avaliação vincula-se estreitamente a um projeto de gestão, porque os dois são referenciados pelo mesmo campo de princípios e metas. Nesse sentido, ao se construir indicadores torna-se fundamental pensar adequadamente sobre os reais motivos que levam a instituição a desenvolver esta tarefa, no sentido de se ter clareza sobre quais são os fins do processo de avaliação que levará em conta esses indicadores.

Assim, elaborar indicadores exige que façamos escolhas, levando em consideração se o processo de avaliação incorpora um projeto inclusivo e dialógico, baseado em ideias pluralistas, ou se é um processo de avaliação que se pauta pela regulação e controle, pela definição de excelências e pela produtividade objetiva. Embora essas duas perspectivas não se oponham necessariamente e por vezes possam ser complementares, é importante que esteja bem claro os propósitos do projeto de avaliação para o próprio sucesso do empreendimento. Sabemos que abordagens qualitativas não, necessariamente, se opõem às abordagens quantitativas, já que existe qualidade nos números. No entanto, o que importa é o tipo de leitura que se faz desses números ou dos dados captados por meio dos indicadores definidos e tomados como referência no projeto de avaliação.

Esse complexo processo de organização de um campo referencial para a realização da avaliação se faz por meio da seleção e explicitação ou ocultação de critérios que definirão o campo de valores a serem acionados nos momentos de julgamento. Esse processo é dinâmico e altamente conflituoso no nível dos envolvidos. O grande problema que pode ser detectado nos processos avaliativos está no efeito amplificador que eles provocam, já que os princípios definidos num primeiro momen-

to podem acarretar desigualdades em momentos posteriores que, acumuladas, tornar-se-ão cada vez mais significativas. Do exposto, pode-se salientar que juízos de valor são proferidos cotidianamente e a todo instante. Entretanto, o que distingue a avaliação formal é apenas o aparato estabelecido para os julgamentos, apoiados em instrumentos técnicos com fundamentos psicométricos, supostamente rigorosos. Esses processos constituem-se em procedimentos explícitos e visíveis, deixando, entretanto, encobertas por vezes as relações sociais que os produziram e o conseqüente poder exercido pelo avaliador sobre o avaliado.

Os conceitos ou índices, por exemplo, definidos ao longo do processo representam a expressão simbólica dessas avaliações. Traduzem, na verdade, as suposições sobre o desempenho dos sistemas ou das instituições, não representando concretamente a performance deles ou as suas aquisições reais. No entanto, tais artifícios são usualmente aceitos como legítimos pela sociedade.

É possível dizer, dessa maneira, que toda avaliação, mesmo aquela revestida de rigor metodológico, é arbitrária, porque tem origem em normas de excelência construídas a partir das relações sociais em um contexto determinado. Assim sendo, ao se constatar essa fragilidade, pode-se argumentar que um dos principais problemas de um processo de avaliação centrado em desempenhos, mesmo que rigorosamente desenhado, situa-se nos erros ou desvios de avaliação produzidos no decorrer da trajetória de construção do referencial de avaliação, resultantes dos imperativos institucionais.

Essa discussão torna-se fundamental para a construção de indicadores, no caso da extensão universitária. Como dito anteriormente, não podemos nos esquecer dos inúmeros erros e acúmulo de suposições equivocadas produzidas no decorrer da trajetória histórica da constituição da área, que, com certeza estão passíveis de acontecer em momentos de sua avaliação. No entanto, esses erros podem ser minimizados quando os indicadores são discutidos coletivamente, sempre tomados como parâmetros de uma política mais ampla no interior da instituição.

Nesse sentido, é fundamental aliar o projeto de avaliação ao projeto pedagógico institucional, produzindo reflexões contextualizadas relativas aos princípios, aos resultados obtidos e às metas pretendidas.

## Referências

1. BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
2. SERRANO, Rossana Maria Souto Maior; JUSTINO Maria José; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; MENDES, Sônia Regina. Avaliação nacional da extensão universitária. Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Brasília) MEC/SESu; (Paraná): UFPR; Ilhéus (Ba): UESC. 2001. 98 p. (Coleção Extensão Universitária: v.3)

## APÊNDICE

(Planilha elaborada pela comissão constituída pela Câmara de , período 2007-2009, coordenada por pelo Prof. Seme Gebara)

Relatório que deve ser gerado pelo programa de informações de extensão, com finalidade de definir pontuação à planilha de alocação de vagas docentes do CEPE, referentes às atividades de extensão:

Observação 1. O sistema de informações deve ter janelas para respostas às seguintes perguntas e cada uma das respostas pode ser alfanumérica ou numérica, conforme as opções. Cada uma das respostas deve, para se fazer o cálculo, gerar um número, que depois será inserido na fórmula final.

Observação 2. A primeira pergunta a ser feita é o tipo de ação de extensão, dependendo da resposta, algumas perguntas serão selecionadas para serem respondidas. As respostas podem ser Projetos (Pr), Cursos (C), Eventos (E) ou Prestação de Serviços (PS). As perguntas a serem respondidas por cada uma das ações serão identificadas.

Observação 3. Para cada tipo de ação, deverá ser calculada uma média ponderada, onde os pesos estão indicados em cada uma das perguntas.

Observação 4. O cálculo final será feito por meio da média ponderada, das somas dos pontos de Projetos, de Cursos, de Eventos e de Prestação de Serviços, onde os pesos são respectivamente 2, 2, 2 e 1.

## Questões

1. A ação está vinculada a programa? [ $P_1 = 2$ ] [Pr, C, E]

RESPOSTAS: sim gera  $a_1 = 1$ , 2 não gera  $a_1 = 1$ .

2. Tipo do curso. [ $P_2 = 1$ ] [C]



RESPOSTAS: Aperfeiçoamento, gera  $a_2 = 2$ . Atualização, treinamento ou iniciação geram  $a_2 = 1$ .

3. Equipe.  $[P_3 = 2]$  [Pr, C]

A resposta gerada será o número  $a_3 = 1,3(2b_1 + b_2)$ , onde

RESPOSTAS: departamental: gera  $b_1 + 1$

interdepartamental: gera  $b_1 = 1, 1$

interunidade: gera  $b_1 = 1, 2$

interuniversidades ou parceria com sociedades científicas brasileiras: gera  $b_1 = 1, 2$  se não é interdisciplinar e  $b_1 = 1, 3$  caso seja interdisciplinar.

internacional: gera  $b_1 = 1, 3$  se não é interdisciplinar e  $b_1 = 1, 4$  caso seja interdisciplinar.

Força de trabalho por departamento.

RESPOSTA:  $b_2 = 0$  se a equipe de trabalho está vinculada a apenas um departamento; caso contrário, é percentual de docentes do departamento na ação, isto é,  $b_2 =$  número de docentes do departamento na ação e número total de docentes na ação.

4. Tem parceria estabelecida com órgão público da administração direta, municipal, estadual ou federal?  $[P_4 = 4]$  [Pr]

RESPOSTAS: sim: gera  $a_4 = 1$ , não: gera  $a_4 = 0$ .

5. Captação externa de recursos.  $[P_5 = 1]$  [Pr, PS]

Será gerado o número  $a_5 = 1, 3(c_1 + 2c_2)$ , onde

Valor absoluto captado, em reais (vamos chamar de  $V$ ).

RESPOSTA:  $c_1 = \log(\text{valor total captado}) - 3$ , exceto se  $0 < V \cdot 1258$ , caso em

que será definido  $c_1 = 0, 1$  Valor relativo.

RESPOSTA: percentual do valor captado que fica na universidade (como por exemplo material permanente, livros, etc.), excluídas as taxas. Se chamamos este valor de  $P$ , teremos  $c_2 = PV$

6. Tem bolsas do PBExt em vigor?  $[P_6 = 3]$  [Pr]

RESPOSTAS: projeto não aprovado ou não submetido: gera  $a_6 = 0$

projeto aprovado sem bolsa (por limitações do PBExt): gera  $a_6 = 1$

projeto aprovado com bolsa: gera  $a_6 = 2$

7. Indissociabilidade. A ação foi aprovada pela Câmara Departamental ou equivalente como sendo também um projeto de ensino (pesquisa)?  $[P_7 = 2]$  [Pr]

RESPOSTAS: somente extensão: gera  $a_7 = 0$

extensão e ensino: gera  $a_7 = 1$

extensão e pesquisa: gera  $a_7 = 1$

extensão, ensino e pesquisa: gera  $a_7 = 2$

8. Quantidade de pessoas atingidas, vamos chamar de  $Q$ .  $[P_8 = 2]$  [Pr, C, E]

RESPOSTA:  $a_8 = \log(Q) - 3$ , exceto se  $0 < Q < 1258$ , caso em que será definido  $a_8 = 0, 1$ .

9. Produtos. Podem ser artigos, cartilhas, publicações internas, revistas, cds, etc.)  $[P_9 = 1]$  [Pr, C, E, PS]

RESPOSTA: número de produtos daquela ação no ano, vamos chamar de  $N$ , que gera  $a_9 = \log(N) + 1$ , limitado a 3, isto é,  $a_9 \cdot 3$ , independente do valor de  $N$ .

10. É gratuito para o público-alvo?  $[P_{10} = 2]$  [C, E]

RESPOSTAS: sim: gera  $a_{10} = 1$  não: gera  $a_{10} = 0$ .

### Abstract

This study aims to discuss the evaluation indicators of university extension programs. Since not all indicators are adequate to all extension activities and actions linked to special extension programs require different indicators, this piece of research was based on discussions over the evaluation procedures. On the other hand, since an ordinary indicator may not be suitable to a specific evaluation procedure, a clear and adequate definition of the objectives of evaluation is necessary. Therefore, the meaning of the extension activity should be clearly established, indicating the scope of Extension in the group of actions and goals of a college as well as the reasons and aims of the evaluation procedures in the planning of university policies. The experience of the Federal University of Minas Gerais in the development of indicators for the evaluation of extension programs was described, and the instructions and criteria that guided the discussions were pointed out and analyzed. As a conclusion, we can say that the discussion about indicators for the evaluation of extension programs is an important issue for the creation and implementation of university policies and for the planning of public institutions' budgets. Extension programs should develop comparable, measurable and auditable indicators, in order to organize a national data base with reliable and excellence criteria.

Keywords: management, evaluation, university extension programs, indicators